

Eric Sabourin

Engenheiro agrônomo e doutor em Antropologia, pesquisador do CIRAD Tera, professor visitante na Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB. E-mail: eric.sabourin@cirad.fr

Raízes,
Ano XVIII,
Nº 20,
novembro/
99
pp. 41 - 49

Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro

RESUMO

O texto interroga a coerência entre as práticas de reciprocidade e de dádiva em comunidades rurais do Sertão Nordestino e as políticas de desenvolvimento local. Nessas comunidades rurais, a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistem no marco de uma integração parcial ao mercado. Essas práticas tradicionais ou readaptadas ao contexto atual são ignoradas pelas políticas e projetos de desenvolvimento local, inclusive pelas propostas de apoio à organização (associações, cooperativas) ou de manejo das infra-estruturas comunitárias (pastagens comuns, recursos hídricos). Da mesma maneira são ignoradas as formas de poder e de representação associadas à essas práticas. O texto apresenta alguns exemplos de incoerência quando não de contradição entre as políticas públicas e as tentativas de atualização das formas de reciprocidade ao contexto atual por parte das comunidades.

Palavras chave: organização dos produtores, economia de dádiva, Nordeste.

ABSTRACT

This text discusses the coherence between reciprocity or gift economy practises and local development policies in Brazilian Northeast rural communities. In the Sertão rural communities, no merchant economic relations (mutual help, free work) and community management of collective goods or resources coexist with a partial market integration characteristic of peasant societies. These practises, traditional or re-adapted to the actual context, are mostly unrecognised by local development projects, even by organisational support proposals (association, co-operative, community development) or community goods management (commons lands, water resources). In the same way, the forms of representation and local power associated to these practises and logics, are ignored or misunderstood. The text presents some cases of incoherence or contradiction between public policies and rural communities tentative to actualise the traditional forms of reciprocity in the modern context.

Key words: smallholder's organisation, gift economy, Brazil.

Introdução

Nas comunidades rurais do Sertão Nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade

camponesa, ancestrais ou readaptadas num contexto novo. Entendemos por reciprocidade a dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade (*lien social*, em francês), identificada por MAUSS (1950/1977:145-279) como *prestação total*. A lógica da dádiva e

da reciprocidade foi logo verificada em todas as sociedades humanas depois que LEVI-STRAUSS (1960/1977: XLVI-LII) mostrou como as estruturas elementares do parentesco são ordenadas pelo princípio de reciprocidade. Segundo CAILLE (1998:76) o paradigma da reciprocidade ou da dádiva aplica-se “à toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade (*lien social*) e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (tradução nossa). TEMPLE (1999: 03) distingue assim o intercâmbio (a troca) da reciprocidade “A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”.

O texto ilustra a ineficiência e as dificuldades das políticas públicas aplicadas nessas comunidades que, ignorando a coerência da lógica da reciprocidade, persistem em propor apenas o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, baseado na acumulação material e na concorrência para o lucro. A primeira parte do texto apresenta a permanência das

práticas de reciprocidade nas comunidades rurais da Bahia e da Paraíba. A segunda mostra os limites das ações de desenvolvimento rural fundadas unicamente na propriedade privada e na troca mercantil.

1. Permanência e eficiência da reciprocidade no Nordeste semi-árido

Na zona rural do Sertão, as comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização ainda reguladas pela reciprocidade camponesa.

1.1. As comunidades e as redes

Uma grande parte dos agricultores da região mora em pequenas aldeias chamadas *sítios* ou comunidades. O uso do termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1970, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base.

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho informal de chefes de família, gerencia o acesso à terra (pastagens comunitárias, práticas de meia), a redistribuição ou o intercâmbio de trabalho (o mutirão, a troca de dias) e a solidariedade inter-familiar. Esta manifesta-se por meio da doação de alimentos ou de ajudas sem retorno automático, nos casos de má colheita, acidente ou doença numa das famílias. Essas práticas foram limitadas pelas secas repetidas dos últimos anos e se reproduzem nos momentos de re-

lativa abundância. É, pois, neste momento que são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares no Nordeste (São Gonçalo, São Cristóvão), pelas danças ou “rodas” para as quais são convidados vizinhos, amigos e parentes da família que organiza a festa (LANNA, 1995: 187-190). A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. Se para “*ser socialmente*” precisa dar; para dar, precisa produzir. A lógica da reciprocidade procura, portanto, a ampliação das relações sociais e afetivas, por exemplo, mediante o compadrio (LANNA, 1995: 196-200). O apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local, das classes sociais e das categorias socio-profissionais. A relação ao outro (a alteridade) como mostrou DARRE (1986: 143-151) permite às comunidades de agricultores modificar as suas práticas integrando novas normas. Por exemplo, a palma forrageira (*Opuntia sp.*) e a *algaroba* (*Prosopis juliflora*), tiveram uma difusão espontânea, via tais relações interpessoais entre agricultores por meio de uma rede de proximidade e de vizinhança, na escala regional.

1.2. Práticas e estruturas de reciprocidade camponesa

Nas comunidades dos Municípios de Juazeiro e Pintadas (BA) no Sertão do São Francisco, como tam-

bém em Solânea e Remígio no Agreste da Paraíba, observa-se a permanência de relações de reciprocidade, mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e de convites. A dádiva interfamiliar manifesta-se pelo dote das filhas (enxoval) e pelas dotações para a instalação dos jovens, constituídas por animais logo acompanhados da sua descendência (crias) atribuídos a cada criança desde o nascimento. A dádiva generalizada (oferecida a todos) é verificada nos convites para as festas locais e religiosas (pagamento de promessas, celebração dos santos padroeiros), familiares (batismo, matrimônio, funerais) ou domésticas (matança e cozinha de um animal).

A lógica de reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também, do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso “gratuito” à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns do “fundo de pasto”, à mão-de-obra da comunidade (por meio do convite de trabalho ou do mutirão), constitui uma redistribuição dos fatores de produção. Trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também de uma forma de dádiva produtiva, uma forma de solidariedade na produção. A constituição dos dotes (enxovais), a realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendida aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são tantas formas de dádiva que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima. Esses custos, bem superiores ao nível médio de consumo de uma família,

explicam também, em parte, as dinâmicas de extensão patrimonial, de procura de novas terras a cultivar, de adoção dos cultivos comerciais, de pluri-atividade e, também, de migrações (LANNA, 1995:187-190).

Além das formas de complementaridade (ajuda mútua) ou de interesse coletivo (solidariedade), a redistribuição motiva a produção no marco da reprodução da dádiva que passa a constituir um dos principais motores da economia local (TEMPLE, 1983:26). “*Dar, receber e devolver*” (MAUSS, 1950:155) corresponde à reciprocidade destinada a criar sociabilidade; mas não se pode levar em consideração o “outro” sem preocupar-se com as condições da sua existência. Portanto, “*dar, receber e devolver*” não corresponde somente a reprodução da dádiva, “*mas significa: produzir para dar, receber e, produzir para reproduzir a dádiva, para dar de novo*” (TEMPLE, 1997: 103-109). A reciprocidade gera assim, via a redistribuição, uma produção socialmente motivada, a qual constitui um fator de desenvolvimento econômico, que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (subsistência) ou da aquisição de bens materiais via troca. A tendência natural das sociedades camponesas do Sertão é de procurar a realização de excedentes. Hoje isto nem é sempre possível por conta de situações de infra-subsistência ou de crise, geralmente associadas a espoliação dos recursos naturais, à sua degradação (solos, vegetação, seca) ou às dificuldades de

acesso a esses recursos provocadas por políticas agrárias restritivas. A motivação social da produção, para sua redistribuição, pode ser tão potente como o interesse pelo lucro ou pela acumulação por meio do intercâmbio mercantil (TEMPLE & CHABAL, 1995:41-50).

1.3. As prestações de ajuda mútua

O termo *mutirão*¹ pode designar dois tipos de ajuda mútua: a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas) e os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa...). É chamado *mutirão* no Brasil inteiro, *batalhão* em Massaroca, *boléia* ou *balaio* em outras zonas da Bahia. O *balaio* é uma unidade de medida de produtos agrícolas numa cesta ou num lençol. Geralmente, a família beneficiada oferecia uma cesta de alimentos aos trabalhadores. Em Pintadas (BA), utiliza-se o termo de “*boi roubado*” porque durante a ajuda na sua propriedade, o criador matava um boi. Hoje, ele fornece sobretudo cachaça ou cerveja. Esta prática é associada à festa para motivar uma ajuda recíproca. O número de *diárias* por família não é contado. A participação de todas as famílias da comunidade é desejada: os homens jovens e adultos para os trabalhos mais duros, as crianças para a limpeza das fontes de água e caldeirões,

as mulheres para a raspa da mandioca na farinhada.

A ajuda mútua não é necessariamente igualitária, porque existe devolução, mas sem contagem ou simetria das prestações. Pode existir certa concorrência na redistribuição de alimentos ou bebidas entre as famílias. Rivalidades e desafios podem assim expressar-se em função de interesses coletivos como individuais. Nos sistemas econômicos de reciprocidade, a prodigalidade ou a generosidade confere prestígio e fama que se tornam fontes de autoridade ou de poder, de acordo com a lógica agonística da dádiva. TEMPLE (1983), a partir de observações entre comunidades indígenas e camponesas da América do Sul, já propõe considerar a reciprocidade não como uma “contra-dádiva” igualitária (a *dualidade da troca* segundo Polanyi), mas como “*a obrigação para cada um de reproduzir a dádiva, como forma de organização da redistribuição econômica*”.

2. Contradições do desenvolvimento “comunitário ou participativo”

2.1. O dilema dos bens comuns

Na região, o manejo coletivo das infra-estruturas comunitárias era antes limitado aos fundos de pasto e às reservas de água: poços e cacimbas, lagoas nas pedras, pequenos açudes. Ao contrário das profecias de HARDIN (1968:1243-1248) procla-

¹ A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do Guaraní, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa.

mando a degradação inexorável dos bens comuns por excesso de uso ou aquelas de OLSON (1978:83-90) sobre o paradoxo do fracasso da ação coletiva, os camponeses do Sertão souberam encontrar modos de gestão comum das reservas de água ou dos fundos de pasto, sem comprometer sistematicamente nem o seu acesso, nem a sua reprodução. Em vários casos, as incoerências foram aceleradas pelos projetos de desenvolvimento. Depois da intervenção da Igreja e do Estado, as cisternas e barragens comunitárias, as casas de farinha e as escolas foram multiplicadas. Essas infra-estruturas são aproveitadas por todos os membros da comunidade. Em retorno, estes devem assumir certas tarefas: participar da manutenção e da limpeza, respeitar os usos de cada ponto d'água (certos são reservados à lavagem das roupas, ao banho, outros à água potável, outros aos animais). A mobilização e a organização eram antes asseguradas pelo proprietário da fazenda ou pelo patriarca da comunidade, mediante uma forma específica de mutirão.

Depois de uma fase de distribuição assistencialista de cisternas e açudes pela Igreja ou pelos serviços públicos, os trabalhos de manutenção começaram a sofrer da redução de rigor e de motivação, quando não de conflitos. O estatuto dessas novas infra-estruturas coletivas é ambíguo em termos de direitos de uso e de responsabilidades. Os conflitos e negociações sobre a manutenção aparecem entre os usuários, mas sobretudo com os poderes públicos. De fato, certas dessas infra-estruturas revelaram-se rapidamente inadequadas, como as cisternas de PVC ou de

plástico, por exemplo, pouco resistentes. Outras como as bombas, as casas de farinha mecanizadas, os desalinizadores têm um custo de manutenção muito elevado para comunidades camponesas. Segundo a lógica das comunidades, o Estado deveria assumir a manutenção e o funcionamento dos equipamentos coletivos que ele constrói para um uso público, geralmente antes de uma eleição. Os serviços federais ou estaduais, do seu lado, consideram que são bens comuns, frutos da cooperação entre a população e o estado, cuja manutenção depende das coletividades locais.

Os projetos de modernização agropecuária, em particular a irrigação no Vale do São Francisco comprometeram as práticas anteriores em matéria de manejo de bens comuns e públicos. A construção de barragens como a de Sobradinho levou ao fim da pesca e da agricultura de vazante na região, sem oferecer alternativas de renda às comunidades envolvidas. As especulações fundiárias nas áreas de implementação de perímetros irrigados provocaram invasões ilegais dos fundos de pasto. A solução negociada entre o Estado e os camponeses via a atribuição de títulos coletivos de propriedade dos fundos de pasto às associações comunitárias funcionou relativamente, até recentemente, quando foi aplicado um imposto fundiário elevado, correspondendo a terras consideradas não produtivas. (GARCEZ, 1987; SABOURIN et al., 1997).

2.2. As limitações das organizações profissionais

Hoje, as regras ancestrais de reciprocidade camponesa, estabelecidas essencialmente em torno da redistribuição de fatores de produção (terra, água, trabalho, técnicas), não respondem mais ao conjunto das exigências da atividade agropecuária e, sobretudo, às condições colocadas pela intervenção dos poderes públicos. Evoluções e adaptações são necessárias, como sempre foi o caso. As comunidades recorrem, portanto, às novas formas de organização, impostas ou propostas pelos poderes públicos ou pelos agentes externos (igrejas, ONGs) para assumir novas funções: defesa dos interesses profissionais e administração da aposentadoria, por parte dos sindicatos, abastecimento em insumos e comercialização dos produtos, através de cooperativas, acesso à financiamentos, manejo dos investimentos e equipamentos coletivos, por meio de associações.

A integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais nordestinas a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem abandonar completamente as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa. Porém, além de trazer soluções, essas formas de organização criam também, novos problemas na medida que ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade porque são modelos concebidos segundo os princípios da concorrência e do intercâmbio.

As cooperativas agrícolas

Na origem, as primeiras cooperativas de produtores do Nordeste foram criadas por grandes ou médios proprietários para poder beneficiar-se dos subsídios da ajuda pública. Muitas vezes associaram pequenos produtores (moradores, meeiros ou dependentes) para atingir o número exigido de sócios. Foi o caso dos produtores de algodão no Ceará e na Paraíba, dos produtores de leite das zonas do Agreste da Bahia e de Pernambuco. Os pequenos produtores conservam amargas lembranças das cooperativas, geralmente associadas à interesses políticos e à sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, e cujo controle, quase sempre, lhes escapou. Os agricultores costumam dizer que “*cada cooperativa tem seu dono*”.

Nas regiões estudadas, a maioria das cooperativas encontradas é associada a uma tutela externa. Nos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro, as cooperativas foram criadas diretamente pelo Estado. Nos projetos de reforma agrária como Lagoa do Angico em Petrolina ou no Assentamento 2 de Maio em Madalena (CE) prevaleceu o modelo cooperativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O gerente é muitas vezes um quadro do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) enviado do sul do Brasil, onde a história da agricultura familiar e da criação das cooperativas é bem diferente daquela do Nordeste. Em tais condições, quando os camponeses são afastados da administração, a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestora dos bens comuns (água, perímetro irrigado) ou

um novo intermediário para o acesso ao mercado (leite, frutas, algodão). Ela pode até ser percebida como um novo padrão (LAZZARETTI, 2000).

As associações de produtores

Dada a sua flexibilidade a associação de produtores constitui o modelo de organização local que foi mais desenvolvido nos últimos vinte anos. Funcionou, também como um meio de redistribuição clientelística via os políticos locais, utilizado pelos serviços do Estado ou pelas prefeituras municipais. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a) a necessidade para as comunidades de dotar-se de representações jurídicas; b) a intervenção de atores externos: Igreja, ONG's, extensão, projetos públicos; c) a existência de ajudas e financiamentos públicos reservados a projetos associativos ou comunitários, geralmente com uma finalidade produtiva.

A associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, baseada na adesão voluntária. Reúne, muitas vezes, o conjunto dos membros de uma comunidade (ou só os chefes de família), mas em torno de um objetivo específico, geralmente um projeto econômico: acesso ao financiamento de equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade, posto de saúde), comercialização ou processamento dos produtos, apropriação fundiária. As associações devem redigir e publicar seus estatutos no Diário Oficial, eleger e renovar uma Diretoria e um Conselho Fiscal. Na realidade, as regras são readaptadas pela comunidade ou pelos líderes. As

eleições são arranjadas anteriormente. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas no quadro das relações de proximidade e de poder entre os grupos familiares e as comunidades locais. Neste sentido, a associação oferece, à diferença da cooperativa, um certo espaço de atualização das práticas de reciprocidade no contexto moderno. Mas, a flexibilidade do modelo e a ausência de fiscalização não devem esconder a natureza produtivista das associações de produtores. Assim, muitas vezes, a associação não resolve melhor que a cooperativa a questão do manejo dos bens coletivos. Porém, facilitando o acesso ao crédito individual (mediante o aval coletivo) o sistema acelera os processos de acumulação ou de capitalização e contribui para a diferenciação sócio-econômica entre os produtores. Isto não é nenhuma surpresa num sistema de livre-câmbio. Mas, na origem, foi raramente o objetivo que foi indicado aos agricultores que podem, logicamente, considerar-se enganosos.

Atualização ou paralisia das estruturas de reciprocidade

A organização formal dos produtores corresponde à uma estrutura sócio-profissional e voluntária. Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento como no caso da comunidade, mas por escolha livre e voluntária mediante uma relação contratual (pagamento da cota). Apesar da inadaptação dessas estruturas jurídicas, a criação de organizações de produ-

tores pode corresponder à modernização da reciprocidade camponesa ou ao contrário privilegiar o desenvolvimento do câmbio mercantil, por exemplo, via a constituição de cooperativas. O primeiro caso é verificado com as associações comunitárias de Massaroca-BA, criadas para garantir o manejo dos *fundos de pasto* num contexto de especulação fundiária e o segundo com as cooperativas dos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro.

Em todo caso, as novas organizações são sempre destinadas a manejar a interface entre o mundo doméstico local (a família, a comunidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração, a cidade. Às vezes, a mudança de sistema de organização leva a uma confusão de valores e a adoção de lógicas e estratégias de natureza diferente, ou até oposta. Foi o caso com a instalação de camponeses criadores nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco. Confrontados à lógica da integração ao mercado pela produção intensiva de frutas ou verduras, eles devem realizar uma mutação, não só do seu sistema produtivo, mas do seu sistema de valores e de referências ou, então, abandonar a irrigação (SABOURIN et al., 1998:13). No primeiro perímetro irrigado da região, Bebedouro (Petrolina-PE), houve um conflito entre a lógica da concorrência no mercado e aquela do desenvolvimento da reciprocidade. Uma parte dos produtores instalados pelo Estado continua privilegiando uma lógica camponesa. Satisfeitos com um sistema de criação e um negócio familiar de gado, sustentado por forragens irrigadas, procuram prestígio local mediante

prêmios nas vaquejadas. Esta situação manteve-se provocando a maior preocupação dos poderes públicos que desejavam impor a produção de mangas e uvas, considerada mais lucrativa, de maneira a assegurar o funcionamento da cooperativa que comercializa frutas, mas não gado ou troféus.

2.3. Participação ao desenvolvimento: incoerência ou contradição?

Nas comunidades do Sertão, a reciprocidade não é exclusiva do interesse (individual ou coletivo) e do intercâmbio. No Brasil, como em outras partes do mundo, as sociedades indígenas recorreram também ao intercâmbio e as sociedades camponesas desenvolveram geralmente relações comerciais mercantis (ELLIS, 1979). Fala-se da sua integração parcial ao mercado e da importância das relações de proximidade e de interconhecimento, precisamente porque a redistribuição familiar ou local da produção é tão importante e estruturante como a necessidade material da aquisição de alguns bens e produtos diversificados junto ao mercado (MENDRAS, 1978:11-23). Simplesmente, nessas sociedades, os valores humanos os mais importantes são gerados pelas relações de reciprocidade, consideradas como mais humanas que as relações mercantis de intercâmbio ou de assalariamento (TEMPLE & CHABAL, 1995:17-30).

Por outra parte, a dialética da dádiva, reproduzida pela lógica de reciprocidade pode tornar-se também agonística, como mostrou

MAUSS (1950), e, portanto, vivida como uma obrigação, um constrangimento. CAILLE (1998:77) escreve “*em certo sentido, a dádiva não é nada desinteressada. Simplesmente, privilegia os interesses de amizade (aliança, amabilidade, solidariedade...) e do prazer ou da criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação ou a compulsão. A obsessão das religiões ou de numerosos filósofos em procurar uma dádiva plenamente desinteressada é, portanto, sem objeto*” (tradução nossa). De fato, a reciprocidade é também esperada pela população, sendo indispensável à maioria das famílias e, portanto, essencial para a qualidade das relações humanas e da ordem social. Por exemplo, as prestações de trabalho são muitas vezes necessárias para enfrentar os piques de mão de obra, ou para efetuar certas tarefas pesadas (desmatamento, marcação dos animais, cercas, construção de casas). Regenerar a sociabilidade não depende somente da proximidade ou da solidariedade. Ela tem a ver com um conjunto de práticas que contribuem para tecer a essência das relações conduzindo à criação e ao respeito dos valores humanos, precisamente na medida que são compartilhadas as mesmas estruturas produtivas (TEMPLE & CHABAL, 1995:67-78).

Ajuda mútua: entre interesse coletivo e reciprocidade

Na prática do mutirão, os dias não são contados, mas naquele da “troca de dias” eles são registrados e devolvidos para a outra família, às

vezes, para efetuar o mesmo tipo de trabalho. A troca pode ser monetarizada. Alguns agricultores pagam um diarista em vez de assumir diretamente a prestação. Assumem assim, sua obrigação material, mas segundo a comunidade, não cumprem seu dever social de participar fisicamente dos trabalhos coletivos.

Isto é importante, porque certas práticas de reciprocidade (festas, mutirão) sofrem a competição de novas relações de troca (assalariamento, venda de álcool ou pagamento de uma taxa nas festas). Quando tais práticas são particularmente associadas ou dominadas pela lógica da troca, não garantem mais uma “modernização” ou uma atualização de novas estruturas de reciprocidade, suscetíveis de manter a mesma categoria de relação humana ou a mesma qualidade de relação social. A troca de diárias é diferente do mutirão. Qualquer pessoa pode substituir o chefe ou um membro da família. O pagamento de uma diária é assimilado a uma forma de trabalho assalariado; não tem nada a ver com os convites de trabalho; pois, trata-se de câmbio monetário.

De fato, o caráter exclusivo do intercâmbio via a apropriação privada e a acumulação pessoal constitui uma evidência no sistema capitalista. Mas, não foi para assegurar este tipo de função e de acordo com essa lógica que os camponeses nordestinos aceitaram criar associações. Confiaram nos técnicos, nos padres ou nos políticos que ofereceram o modelo da organização para favorecer o acesso a novas riquezas, a novos conhecimentos ou a novos equipamentos coletivos. Segundo os agricultores, são riquezas que devi-

am, antes de tudo, contribuir para a ampliação da reciprocidade ou a generalização da redistribuição.

Redistribuição ou desvio

As estratégias das comunidades e das suas organizações não são sempre bem percebidas pelos técnicos ou políticos locais. O caso das obrigações que os líderes são constrangidos a aceitar em função das regras de reciprocidade oferece um bom exemplo de conflito mal analisado. Fala-se de alienação ou até de corrupção dos dirigentes camponeses quando o uso dos fundos ou dos projetos não corresponde às prioridades estabelecidas pelos imperativos técnicos ou administrativos. TEMPLE (1993) explica como os líderes das organizações camponesas e indígenas que recebem ajudas ou capitais de entidades externas *são submetidos a duas pressões contraditórias: aquelas da sua comunidade que exige a redistribuição e aquela das instituições de desenvolvimento que exigem o investimento para a acumulação*. Para não ser condenado pelos seus pares, o dirigente camponês tem que redistribuir. Isto é interpretado como um desvio ou uma corrupção pelos técnicos, mas os camponeses ou os indígenas *que pretendem perpetuar o seu sistema de redistribuição, consideram esta redistribuição – que acaba com o investimento de um sistema destrutor do seu e dos seus valores – como um ato justo, e até revolucionário* (TEMPLE, 1993:08).

Segundo a mesma lógica, não é raro que camponeses ou comunidades rurais empreendem investimentos técnicos ou aceitem projetos produtivos *a priori* “incoerentes”, na

perspectiva de participar de novas relações sociais, quer dizer para fortalecer estruturas de reciprocidade. As infra-estruturas produtivas (casa de farinha, garagem do trator, armazéns) são, muitas vezes, aceitas ou procuradas pela comunidade para dispor de um salão de festas, de uma capela, de um centro de *reunião*, ou até de um local para a escola (relações sociais, espirituais e culturais). Viu-se assim florescer no Sertão, casas de farinha, onde não se cultivava mandioca ou armazéns sem produtos a estocar. Acontecem dias de campo aceitos pelos agricultores para ganhar um transporte, um bom almoço e um espaço para conversar ou festejar, mais que para ouvir a palestra sobre o cultivo hidropônico do milho. Num outro registro, os camponeses de Pintadas e Massaroca são capazes de realizar despesas e mutirões consideráveis para construir parques de vaquejada ou pistas de corrida de cavalos. Dada a importância da festa e o prestígio das lides (jogos e desafios), o investimento, mesmo monetarizado, é assumido porque gera além de um retorno econômico (mais ou menos rentável), atividades e relações sociais. As mesmas podem, também, ter um retorno político.

A agricultura como bem público

A questão das duas lógicas de desenvolvimento econômico, livre-câmbio ou/e reciprocidade, é extremamente atual e percorre o debate sobre o caráter multifuncional da agricultura, em particular se esta for considerada como um bem público (FAO, 1999). BINDRABAN et al. (1999: 03-06) demonstram que a pro-

dução de externalidades positivas (manejo dos recursos naturais, seqüestro de carbono...) assim como a criação ou a prevenção de externalidades negativas (custos de manutenção dos bens públicos, custos da luta contra a poluição) são tantas funções sociais, ecológicas e econômicas “globais” que conferem à agricultura um caráter público. O caráter público dessas funções implica assim, segundo os autores, no acesso não exclusivo aos bens e serviços públicos, por uma parte, e na indivisibilidade dos efeitos (positivos ou negativos) da produção agrícola, por outra parte.

De fato, deixar o livre-câmbio tornar-se geral condenaria vastas áreas agropecuárias do planeta, sem oferecer alternativas. A concorrência fortalece a redução dos preços agrícolas apenas se a liberalização for limitada às zonas com alto potencial agrícola. Ao contrário, precisaria assegurar, paralelamente, a redistribuição da produção valorizando as vantagens comparativas ou específicas das zonas com potencial agrícola mais reduzido. Os autores reconhecem que o maior risco de tal cenário viria da fraqueza da organização dos agricultores, se eles fossem incapazes de assegurar ao mesmo tempo a preservação dos recursos e as necessidades das suas famílias. Eles recomendam para a FAO (Organização Mundial da Agricultura e Alimentação) a permanência, para certas sociedades rurais, de medidas de proteção e de políticas favorecendo a atualização do caráter pluri-funcional da agricultura.

Tais medidas, poderiam muito bem corresponder a uma nova articulação entre a lógica econômica do

câmbio e aquela da reciprocidade. Poderiam existir preços diferenciados de acordo com a natureza da transação e do mercado: câmbio monetário, troca, reciprocidade ou dádiva. Pode-se pensar, também, numa diferenciação do preço de acordo com a natureza do produto e a formação do seu valor. Existem exemplos nas comunidades e feiras do Nordeste de diferença entre valor de mercado e valor de uso. Da mesma maneira, o turismo e o interesse crescente pela arte indígena, “naïve” ou “primitiva”, confere um valor de prestígio às obras de arte local ou de artesanato. Vale a pena interrogar-se sobre quem realiza a maior parte do lucro no caso da comercialização de obras de arte ou de artesanato: o produtor, o consumidor ou o comerciante.

Tais diferenciações da formação do valor levariam a marcar fronteiras na interface entre sistemas de livre-câmbio e sistemas regulados pela reciprocidade. Por outra parte, para garantir a força e a legitimidade das organizações de produtores, em particular em termos de manejo de recursos comuns ou de bens coletivos, seria preciso deixar-lhes a possibilidade de escolher entre o modelo do intercâmbio mercantil e a alternativa da reciprocidade/redistribuição, entre o sistema da privatização/acumulação individual e aquele do acesso livre e do uso compartilhado de bens comuns.

Conclusão

Os fatos e exemplos observados no Sertão nordestino confirmam a natureza diferente e até contraditória da lógica econômica da reciprocida-

de e daquela do livre-câmbio. Cada uma dessas lógicas pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer das vantagens respectivas e, sobretudo de precedentes, alguns sendo, provavelmente, irreversíveis. Nosso propósito não é, obviamente, negar esta realidade dual ou propor um retorno as formas originais da economia. De fato, hoje, em termos de desenvolvimento local ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas sim, de chamar para uma dupla referência. Como sublinha TEMPLE (1997) o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiria traçar uma interface de sistema e abrir um debate entre os partidários de uma ou outra lógica para tratar da natureza das organizações camponesas ou locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos. Tal debate permitiria também discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Enquanto a Economia Política só reconheça uma única lógica econômica, a do livre-câmbio – mesmo disfarçada sob o rótulo de escolas diversas ou teorias econômicas – somente existirá o reino do pensamento único.

Bibliografia

BINDRABAN, Prem; GRIFFON, Michel; JANSEN, Hans. The Multifunctionality of Agriculture: recognition of agriculture as a public good or position against trade liberalisation. Nogent sur Marne: Cirad Eco-pol, 1999, 8p. unpublished paper.

- CAILLE, Alain. Don et Association, in: Une seule Solution: L'association. *La revue du MAUSS semestrielle*, 11, 1er trim. 1998, p 75-83
- DARRE, Jean Pierre. La production de connaissances dans les groupes locaux des agriculteurs, *Agriscopie*, 7: p 24-35, 1986.
- FAO, 1999. Issues paper: The Multifunctional Character of Agriculture and Land (by Griffon M, Price T.L, Koohafkan P, Bindraban P, Jansen H, et al.) FAO/Netherlands Conference on the Multifunctional Character of Agriculture and Land.
- ELLIS Francis Peasant Economics. Farm households and agrarian development. Cambridge, Inglaterra, The Cambridge University Press, 1988. 309p.
- GARCEZ, A.N. Fundos de Pasto. Um projeto de vida sertanejo. Salvador: INTERBA, CAR, 1987, 107 p.
- HARDIN Garret., The tragedy of the Commons. *Science*, (162) p.1243-1248. 1968.
- LANNA, Marcos P.D. *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, 249p.
- LAZZARETTI, Miguel Ângelo *Ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: O assentamento Massangana III, Cruz do Espírito Santo – Paraíba*. Tese de Mestrado em Sociologia. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades. 2000, 180p.
- LEVI-STRAUSS, Claude Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss, in MAUSS. M. *Sociologie et Anthropologie*, Paris, França: PUF, 1977, 482p. (7ème édition).
- MAUSS, Marcel “Essai sur le Don”, In: *Sociologie et Antropologie*, Paris, França: PUF, 1950 (réédition 1989, PUF collec. Quadrige.)
- MENDRAS, Henri. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, França: Armand Colin, 1976, 281p
- OLSON, Mancur. *Logique de l'action collective*. Paris, França: PUF, 1978, 199p.
- OSTROM, Vincent; OSTROM, Elinor. Public goods and public choices. In: E.S. Savas (Ed.), *Alternatives for Delivering Public Service: Toward Improved Performance*, Boulder, Colorado: Westview Press, 1978, p. 7-49.
- SABOURIN, Eric; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos G. da, 1997. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement*, 42, p.5-27
- SABOURIN, Eric; NOEL, Aurélie; MARINOZZI, Gabrio; ANDRADE, Helena. Co-ordination between producers and collective decision making in Brazilian Northeast public irrigation areas. In: FARMING SYSTEMS RESEARCH INTERNATIONAL SYMPOSIUM, 15, Pretoria, Africa do Sul, déc. 1998,
- AFSRE: *Proceedings*, vol. 1. p.542-549
- TEMPLE, Dominique. *La dialectique du don. Essai sur l'économie des communautés indigènes*. Paris, França: Diffusion Inti, 1983, 50p.
- TEMPLE, Dominique. L'économie humaine, *La revue du MAUSS* n°10, p103-109 “Guerre et paix entre les sciences”, Paris, La Découverte, 2° semestre 1997
- _____ Théorie de la réciprocité: <http://perso.libertysurf.fr/dominique.temple,1999>
- TEMPLE, Dominique & CHABAL, Mireille. *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris, França: L'Harmattan, 1995, 263p.